

# RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

6 MARÇO 2021



## POLÍTICA DE MÍNIMOS AGUDIZA A CRISE

Portugal é um dos países europeus mais afetados pela crise pandémica, tanto do ponto de vista sanitário como económico. A insistência numa política de contenção e adiamento da despesa necessária para enfrentar a crise agrava este cenário. A falta de meios da saúde pública para seguir a evolução do surto, a insuficiência de recursos nas escolas para o ensino presencial como à distância, ou a desproteção social de tantas vítimas da crise são resultado de uma escolha orçamental errada.

Em 2020, Portugal foi dos países da União Europeia que menos investiu na resposta à crise, em percentagem do PIB. O Governo deixou por executar 7 mil milhões de euros que tinha inscrito no orçamento em 2020; nenhum governo tinha deixado tanto por gastar na última década.

O Orçamento do Estado para 2021 acentua a insuficiência na resposta à crise. Setores da economia encerrados sob o Estado de Emergência continuam a ouvir anúncios de medidas sem concretização e muitas e muitos trabalhadores que perderam o seu rendimento não encontram resposta. Enquanto isso, o esgotamento dos profissionais de saúde e o adiamento de cuidados de saúde não prioritários ameaçam criar novas vagas de desastre sanitário. O próprio governo parece reconhecer que o Orçamento não responde aos desafios impostos pela pandemia, aceitando o reforço para pagamento de horas extraordinárias a uma parte dos profissionais do SNS ou um novo apoio a quem perdeu o subsídio social de desemprego em 2020 e ficou sem nenhuma proteção. Estas medidas são importantes, mas, sendo tardias e limitadas, são incapazes de prevenir a agudização da crise. Uma política de mínimos não responde aos problemas do país, agravando a própria crise.

## RECUSAR O ATAQUE AOS SALÁRIOS E MOBILIZAR POR JUSTIÇA NA RESPOSTA À CRISE

A contenção orçamental na resposta à crise, acompanhada de medidas de desvalorização dos rendimentos do trabalho (como o corte nos salários de quem acompanha os filhos), e de propostas públicas de aumento de impostos sobre trabalhadores que não sofreram perdas salariais, aproxima-se perigosamente da narrativa da direita sobre a resposta à crise e aprofunda desigualdades.

Simultaneamente, os grandes grupos económicos mantêm todo o privilégio; trabalhadores com vínculos precários são enviados para o desemprego enquanto se decide a distribuição de centenas de milhões de euros em dividendos, contrariando até os alertas do regulador.

No negócio da venda das barragens, o governo fechou os olhos a um truque fiscal que isenta a EDP do pagamento de milhões de euros em impostos. Ao fazê-lo, recusa ao povo de Miranda os 110 milhões de euros de receita de imposto de selo que tinham sido prometidos no último Orçamento do Estado. A convivência com o poder económico, no momento em que se limita apoio às pessoas e à economia para enfrentar a crise, é um erro que nega recursos ao país e agrava as desigualdades.

No quadro da aplicação da nova Política Agrícola Comum, que vigorará até 2027 e que permite mais margem do que nunca para adaptação à realidade nacional em toda a sua diversidade e extensão, o governo desconsidera a importância do trabalho agrícola e da qualidade do emprego na atribuição dos apoios públicos. A sua consideração seria essencial para combater o despovoamento dos territórios rurais e valorizar o trabalho agrícola familiar e assalariado, respondendo à crise económica atual e promovendo a resiliência aos eventos extremos e aos incêndios rurais. O Bloco de Esquerda defende um processo transparente e o que acabe com a lógica rentista e de privilégio que tem vigorado até ao momento. A

PAC deve ser um instrumento de equidade e coesão territorial e de mitigação e adaptação do território às alterações climáticas.

O Bloco luta por uma resposta à crise que proteja os rendimentos do trabalho e as camadas mais vulneráveis da população, que invista no território e combata o privilégio.

Com iniciativas como o site despedimentos.pt, criado logo durante o primeiro confinamento, o Bloco apoiou a divulgação de abusos laborais e criou rede em setores particularmente vulneráveis, cuja auto-organização e reivindicações apoiamos com resultados visíveis. Foi assim na petição das desempregadas pelo acesso ao subsídio social de desemprego, na luta dos vigilantes, dos precários da cultura e da ciência ou dos profissionais de saúde que lutam por uma carreira. É nesse trabalho e na mobilização que se disputa uma resposta à crise que coloque o emprego e os direitos do trabalho no centro.

### **UMA ESTRATÉGIA ERRADA NA AVIAÇÃO**

Os efeitos da pandemia tiveram um impacto forte no setor da aviação civil a nível mundial e Portugal não foi exceção. A necessidade de reestruturação do setor devia ser uma oportunidade para responder ao desafio climático, integrada numa política mais vasta para os transportes e a mobilidade, que protegesse o emprego e o interesse estratégico do país. O governo optou por um caminho de subalternização face aos gigantes europeus, que desprotege Portugal e ignora a urgência climática.

O processo de negociação do plano de reestruturação da TAP decorreu sob ameaça de despedimentos indiscriminados; todos os sindicatos aceitaram perdas pesadas para os trabalhadores, com cortes salariais e mais despedimentos. Uma TAP sem estratégia, como o Governo propôs a Bruxelas, serve apenas a concentração de capital das empresas de aviação alemãs ou francesas (um objetivo enunciado há muito).

Também a Groundforce, empresa responsável por carga e operações de pista nos principais aeroportos do país, está em risco. A empresa é detida em 50,1% pela Pasogal e em 49,9% pela TAP (a sua principal cliente e maior fonte de rendimento da empresa). Já em maio o Bloco de Esquerda propôs a sua nacionalização, em conjunto com a TAP. O

erro que foi cometido há décadas de dividir as duas empresas está à vista: sem a TAP a Groundforce não funciona e 2400 trabalhadores estão, ainda, sem o seu salário de fevereiro.

No caso da SATA, empresa essencial à população açoriana, é apresentado um plano de reestruturação sob a ameaça da comissão europeia de exigência de devolução por parte da empresa dos aumentos de capital realizados nos últimos anos (com a anuência do Governo Regional dos Açores de direita a essa imposição). Também neste caso, e apesar do investimento público e dos sacrifícios impostos aos trabalhadores, no horizonte pode estar o fim da empresa.

A recente decisão da Autoridade Nacional de Aviação Civil impede a construção do novo aeroporto de Lisboa no Montijo. Esta decisão é a oportunidade de corrigir o erro de uma obra que é um atentado ambiental, uma aposta estratégica errada para o território e que só serve os interesses financeiros da Vinci. O Governo, aproveitando a disponibilidade imediatamente apresentada pelo PSD, anunciou a intenção de mudar a lei e assim ultrapassar o chumbo da ANAC e das autarquias. PS e PSD agitam com a indemnização que o Estado teria de pagar à Vinci, querendo que o contrato possa valer apesar da lei da República e contra a lei. O argumento é absurdo e só aumenta a necessidade de apurar as condições contratuais da privatização, uma operação no governo da troika e um exemplo claro de porta giratória e conflito de interesses.

### **NÃO HÁ RECUPERAÇÃO SEM INVESTIMENTO ROBUSTO**

Depois dos anúncios da “bazuca europeia”, António Costa modera as expectativas de investimento e já só fala de uma “vitamina para Portugal”. O Plano de Recuperação e Resiliência apresenta, em muitas áreas, investimentos que já estavam planeados (da ferrovia à saúde) e que passam para este programa que exige menor contrapartida nacional. Com esta decisão, o governo aposta mais na consolidação orçamental a curto prazo do que no aumento significativo do investimento, desistindo de mudanças estruturais; mantém-se o centralismo nos projetos do investimento (falhando a coesão territorial), não há construção de rede pública de cuidados ao longo da vida (falhando a modernização da resposta social) e a rodovia continuará a prevalecer sobre a

ferrovia (falhando a resposta climática).

O governo anuncia o objetivo de concluir a Lei Europeia do Clima durante a Presidência Portuguesa, mas secundariza interna e externamente a agenda climática. No papel da Presidência da UE tem assumido posições mais regressivas do que as aprovadas no Parlamento Europeu, inclusive com o voto dos eurodeputados do Partido Socialista. O Bloco exige ambição na lei climática europeia e que o governo português não seja um travão à resposta climática na UE.

A União Europeia debate neste momento até quando manterá as regras do Tratado Orçamental, que foram suspensas para permitir aos países investir na resposta à crise. A Comissão Europeia veio propor que se mantenha a suspensão até 2023 e o governo português, que tem agora a responsabilidade da presidência da UE, sustenta a mesma posição. Este debate adia problemas e mantém um horizonte de austeridade como ameaça sobre os estados. Uma resposta europeia consistente teria de incluir a revogação definitiva das regras que impedem o investimento dos Estados, a reestruturação das dívidas soberanas (a começar pela que é detida pelo próprio BCE) e a quebra do impasse sobre as receitas comuns da UE.

### **A VACINA COMO BEM COMUM**

Não há saída para a crise sem que as vacinas cheguem a toda a população mundial. A passividade da Comissão Europeia face às gigantes farmacêuticas, que atrasam até na Europa a entrega de vacinas pagas com recursos públicos, é parte do problema. O financiamento público e regras extraordinárias de que as farmacêuticas beneficiaram na produção da vacina dão legitimidade à Comissão Europeia para exigir mais produção e distribuição justa e universal. A calamidade sanitária que vivemos, é argumento mais que suficiente para recorrer a licenças compulsórias caso as farmacêuticas não cedam.

Como alertou António Guterres, o processo de vacinação que exclui grande parte da humanidade é uma “falência moral”. Portugal tem de dar prioridade à exigência de universalização da vacina contra a Covid-19. O governo português, que preside à União Europeia no primeiro semestre deste ano, deve quebrar o silêncio e escolher o interesse pú-

blico da produção massificada de vacinas em detrimento do interesse privado das gigantes farmacêuticas. O Bloco de Esquerda aderiu à iniciativa de um milhão de cidadãos europeus junto da Comissão Europeia para libertar as patentes do interesse privado e as tornar bens comuns.

### **DEBATER O PASSADO COLONIAL PARA COMBATER AO RACISMO**

A força do movimento social antirracista tem tido a capacidade de colocar no espaço político e mediático debates sobre as políticas de memória que problematizam as narrativas hegemónicas sobre o passado colonial e os seus legados.

A extrema-direita tem tentado silenciar estes debates e, em ligação com uma certa historiografia revisionista da natureza do Estado Novo e da guerra colonial, procurado novas oportunidades para o apelo racista. Exemplo disso mesmo é a petição pública pela deportação de Mamadou Ba.

O pecado deste ativista não foi protestar pela homenagem do Estado a um criminoso de guerra confesso, Marcelino da Mata, cuja impunidade e numerosas condecorações resultam da própria propaganda do Estado Novo sobre a guerra colonial. Muitas figuras, de diversos setores, criticaram esta homenagem. O pecado de Mamadou Ba, que o tornou alvo da citada petição, foi ser negro.

A associação do Partido Socialista à homenagem a Marcelino da Mata já seria condenável como deslize oportunista. Mas torna-se mais grave quando é fruto da doutrina, expressa pelo primeiro-ministro, que critica uma “revisão auto-flageladora da nossa História” que contribuiria para “uma fractura perigosa para a nossa identidade nacional”.

O racismo estrutural tem uma história e não pode ser combatido sem o debate público dos mitos que o alimentam. As afirmações do primeiro ministro desvalorizam a dimensão estruturante da exclusão social e da criação de desigualdade e a dimensão do racismo institucional. Esta insistência num discurso lusotropicalista e do bom colonizador é anacrónico no século XXI e rejeita a diversidade da sociedade portuguesa, retirando as pessoas negras do tecido social nacional.

O estudo e interpretação da história colonial são necessários, estão em curso e à escala global, não se trata de uma bizzarria portuguesa. Esse processo não pode ser consensual (ou nunca acontecerá), tal como as narrativas tradicionais não o são. Quanto ao apelo de António Costa a uma identidade nacional blindada ao debate do passado, esse sim, está condenado à frustração.

### **SOLIDARIEDADE COM O POVO SAHARAUÍ**

O Bloco de Esquerda saúda o 45.º aniversário da proclamação da República Árabe Saharaui Democrática. O direito à autodeterminação e independência do povo do Sahara Ocidental continua por cumprir, com o permanente boicote de Marrocos à realização do referendo de autodeterminação sob a égide das Nações Unidas, com a cumplicidade da comunidade internacional. Portugal, que foi tenaz na defesa da autodeterminação de Timor Leste tem a obrigação de ser coerente na defesa da autodeterminação do Sahara Ocidental. O Bloco de Esquerda insta o Governo a que, no quadro da presidência do Conselho da EU, tome as iniciativas adequadas para este efeito.

### **8 DE MARÇO**

A opressão secular de um sistema patriarcal que subalterniza as mulheres mantém e fomenta os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a desigualdade salarial e a segregação nos cargos de chefia e liderança. Convive com a sub-representação das mulheres nos cargos de tomada de decisão política, a desigual repartição na partilha das tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos, promove a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Naturaliza o assédio e a intimidação das mulheres no trabalho, na escola, no espaço público. Desculpabiliza a exploração sexual, o assédio e a violação. Desvaloriza a violência doméstica e no namoro, o maior problema de segurança interna do país e que culmina tantas vezes em femicídio.

O objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada, o enfrentamento do conservadorismo e da extrema direita e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão de género, de pertença étnico-racial, de identidade de género e estatuto migratório.

Numa altura em que enfrentamos os efeitos de uma pandemia que penalizam de forma desproporcional quem parte de uma situação de desvantagem, o dia 8 de março não deve servir apenas para assinalar aquele que é um marco incontornável na história da emancipação das mulheres. É um dia de luta e reivindicação.

A greve feminista que se levantou por todo o mundo e à qual o Bloco de Esquerda se associa, ganhou balanço para lembrar que a luta pela igualdade e pelos direitos que continuam negados é uma luta inacabada e é, necessariamente, uma luta internacional.

A igualdade entre homens e mulheres é o compromisso do Bloco de Esquerda.

### **AS AUTARQUIAS NA LINHA DA FRENTE DA RESPOSTA À CRISE**

A poucos meses das eleições autárquicas, PS e PSD chegaram a acordo para dificultar a apresentação de candidaturas independentes e limitar a democracia local. Este acordo, do qual o PS diz agora arrepender-se parcialmente, vem no seguimento de outros entendimentos à direita para mascarar de eleição as nomeações para as CCDR ou para acabar com os debates quinzenais no Parlamento. O Bloco de Esquerda reafirma o seu compromisso com a democracia, propondo a reversão das alterações à lei eleitoral impostas por PS e PSD.

Na Conferência Autárquica que se realizou no passado dia 27 de Março, centenas de autarcas e ativistas do Bloco discutiram problemas e construíram caminhos que afirmam a democracia e as respostas públicas que a concretizam em todo o território. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda ratifica o Manifesto Autárquico aprovado pela Conferência.